

O QUE É UMA TRADUÇÃO “RELEVANTE”?

Jacques DERRIDA¹

Tradução de Olivia Niemeyer SANTOS²

“Then must the jew be merciful.”

(Não traduzo essa frase de Portia, em *O mercador de Veneza*).

Portia dirá também, *“When mercy seasons justice...”*
que proponho mais tarde traduzir por
“Quand le pardon relève la justice...”

- RESUMO: A palavra “relevante” transita por várias línguas e exhibe, na sua multiplicidade, a impureza do limite e a insuficiência angustiante da tradução. O *mercador de Veneza* serve de pano de fundo para analisar a necessidade e a impossibilidade da tradução, a dívida inflexível e impagável, ou seja, o contrato insustentável que constitui tanto o enredo do drama de Shakespeare quanto o compromisso do tradutor. Portia, travestida/traduzida em advogado, pede a Shylock que a dívida seja perdoada simplesmente pelo fato de ser reconhecida, uma história que oscila entre juramento e perjuro, perdão e culpa, signo e carne, religiões – entre conversões, portanto. A afinidade entre o drama e o ato tradutório leva à indagação se um discurso relevante sobre tradução seria um discurso sobre o perdão, sobre os benefícios da graça que abençoa tanto o que concede quanto o que recebe. O perdão releva a justiça, diz Portia. Toda tradução, por vocação “relevante”, ao mes-

1 École des Hautes Études en Sciences Sociales – 75006 – Paris – França.

2 Mestranda em Linguística Aplicada, área de tradução do Departamento de Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP. olivia@bestway.com.br

mo tempo reforça, eleva e redime o original por uma operação que transforma e guarda ainda o luto pela origem, tarefa possível/impossível imposta ao tradutor.

- PALAVRAS-CHAVE: Relevante; tradução; dívida; Shylock; perdão.

Como ousar falar de tradução diante de vocês que, na consciência vigilante que têm da enormidade da questão, e não somente do destino da literatura, fazem dessa tarefa sublime e impossível o seu desejo, sua inquietude, seu trabalho, seu saber e sua arte?

Como ousarei me anunciar a vocês quando me reconheço, ao mesmo tempo, selvagem e inexperiente nesse campo, como alguém que, desde o primeiro instante, desde seus primeiros ensaios (como eu poderia lhes contar *off the record*) fugiu desse ofício, da bela e terrificante responsabilidade, do dever e da dívida impagável do tradutor, nunca cessando, em seguida, de se dizer “nunca, nunca jamais em tempo algum”: “não, precisamente *nunca*, não ousarei, não deverei *jamais*, não poderei *jamais*, *jamais* saberei quitar a dívida”?

Se ousou abordar esse tema diante de vocês é porque a própria falta de coragem, a renúncia precoce da qual falo e de onde parto, essa confissão de falência diante da tradução, foi sempre em mim a outra face de um amor ciumento e admirativo: paixão por aquilo que, endividando-se infinitamente com tradução, apela, ama, provoca e a desafia; admiração por aqueles e aquelas que considero os únicos a saber ler e escrever: as tradutoras e tradutores. Outra maneira de reconhecer um apelo à tradução, desde o limiar de toda leitura-escritura. Daí o infinito da privação, a dívida impagável. Como o que é devido a Shylock, o próprio impagável. Falar, ensinar, escrever (isso de que faço também profissão e que, no fundo, como muitos entre vocês aqui, compromete-me corpo e alma, quase todo o tempo), sei que não tem sentido, a meus olhos, senão na prova da tradução, através de uma experiência que não distinguirei nunca de uma experimentação. Quer se trate de gramática ou de léxico, a palavra – pois a palavra será meu tema – não me interessa, creio poder dizê-lo, eu não a amo, é essa a palavra, senão no corpo da sua singularidade idiomática, quer dizer, lá onde uma paixão de tradução vem lambê-la – como pode lambe uma chama ou uma língua amorosa: aproximando-se tão perto quanto possível para renunciar, no último momento, a ameaçar ou a reduzir, a consumir ou a consumir, deixando o outro corpo intacto, mas não sem antes, à beira

dessa renúncia ou dessa retirada, fazer aparecer o outro, despertado ou animado o desejo do idioma, do corpo original do outro, na luz da chama ou segundo a carícia de uma língua. Não sei como ou em quantas línguas vocês traduziriam essa palavra, "*lécher*", quando se quer significar que uma língua lambe uma outra, como uma chama ou uma carícia.

Mas não esperarei mais para lhes dizer "*merci*", a dirigir-lhes, em suma, esse "*mercy*", em mais de uma língua.

Pois assim que eu tiver agradecido pela hospitalidade com a qual fui honrado, será preciso pedir-lhes perdão e, dando-lhes graças, implorar pela graça, pedir-lhes para serem "*merciful*" comigo. Quanto a vocês, peço perdão, primeiramente, por me servir dessa palavra "*merciful*", como de uma citação. Eu a *menciono* tanto quanto a *uso*, como diria um teórico dos "*speech acts*", um pouco confiante demais numa distinção, agora canônica, entre "*mention and use*".

Falando de outra forma, não esperarei para agradecer-lhes a honra insigne que me foi feita, e também, através dessa palavra de gratidão e de "*mercy*", pedir-lhes perdão por todos os limites e, primeiramente, pelas minhas próprias insuficiências, que me impedirão de estar à altura dessa honra. Minhas insuficiências, tentarei dissimulá-las – em vão, com certeza –, graças a artifícios mais ou menos ingenuamente perversos.

Antes dessas graças dadas ou da graça pedida, confesso, em primeiro lugar, uma falha de linguagem que bem poderia ser uma violação das leis da hospitalidade. Na verdade, o primeiro dever de um hóspede, do "*hôte/guest*" que sou, não é falar uma linguagem inteligível e transparente, ou seja, sem equívoco? Falar, portanto, uma só língua, a saber, a do destinatário, neste caso, do anfitrião ("*hôte/host*"), uma língua singularmente destinada a quem deve e pode escutá-la, uma língua que se partilha, como a própria língua do outro, aquela do outro a quem nos dirigimos ou, ao menos, uma língua de que o ouvinte ou o leitor possa se apropriar? Em suma, uma língua traduzível?

Ora, eis uma das confissões que eu lhes devo, a múltiplos títulos. Primeiramente, a título do título, e também por falar, como farei dentro de instantes, de maneira bastante intraduzível, do título do título. Revelando mais de uma fraqueza, confesso, por exemplo, essa dupla insuficiência da qual é ainda mais impossível escapar, pois carrega a contradição em si mesma: se, por um lado, preciso me dirigir a vocês numa língua particular, o francês, (reconhecendo, assim, que todo pretendo discurso *sobre* a tradução – toda metalinguagem ou metateorema sobre

tradução – está destinado a se inscrever nos limites e nos acasos de um único idioma), já estarei, entretanto, em via de saltar, e o farei novamente, por cima dessa língua, a minha, deixando indecível a questão de uma escolha simples entre linguagem e metalinguagem, assim como entre uma língua e uma outra. Estamos, assim que entramos no jogo, na multiplicidade das línguas e na impureza do limite.

Por que meu título permaneceria para sempre intraduzível? Em primeiro lugar, porque não se poderia decidir de qual língua de origem ele releva. E, portanto, em que sentido, entre *anfitrião* e *hóspede*, "*hôte*" e "*hôte*", "*guest*" e "*host*", ele trabalha, "*travels*", viaja.

Impossível decidir de qual língua de origem releva, por exemplo, a palavra "*relevante*", que deixo, por enquanto, entre aspas. Nem a qual língua ela pertence no momento em que dela me sirvo, nos sintagmas, ou nas frases onde pretendo inscrevê-la. Essa palavra fala uma única e mesma língua, numa única e mesma língua? Ignoramos, do mesmo modo, se ela compõe mesmo uma palavra, uma única palavra com um único sentido ou se, homônima ou homófona de si própria, ela não constitui mais de uma palavra em uma.

Pois o que eu lhes proporei sob esse título ("O que é uma tradução "*relevante*"?) será – sem dúvida alguém de qualquer reflexão digna dessa palavra sobre a palavra, sobre a unidade da palavra em geral – uma abordagem, mais modesta e *laboriosa*, baseada no exemplo de uma única palavra, a palavra "*relevant*". Eu sublinharia *laboriosa* para anunciar algumas palavras em **tr.** – e anunciar que o tema do **labour**, do **trabalho** de parto, e também do **trabalho transferencial** e **transformacional**, em todos os códigos possíveis, e não somente no da psicanálise, entrará em concorrência com o tema aparentemente mais neutro da **tradução** como **transação** e como **transporte**. Assim, acabaremos rodando em volta de um único exemplo, um exemplo de palavra, se for uma, e que seja uma, única, solitária, a palavra "*relevant*", forma verbal e adjetiva ao mesmo tempo, uma espécie de particípio presente que se torna epíteto ou atributo.

O que acontece com esse vocábulo "*relevant*"? Ele tem todos os traços dessa unidade de linguagem que denominamos, familiarmente, uma palavra, um corpo verbal. Muitas vezes esquecemos, nessa familiaridade mesma, o quanto a unidade ou a identidade, a independência da palavra permanece uma coisa misteriosa, precária, pouco natural, quer dizer, histórica, institucional e convencional. Não há palavra na natureza. Ora, essa palavra, "*relevant*", traz em seu corpo uma operação de tradução em andamento, tentarei demonstrá-lo; ela é um corpo

de tradução, sofre ou exhibe a tradução como a memória ou o estigma de uma paixão ou então, flutuando acima, exhibe uma aura ou uma auréola de glória. Esse corpo de tradução está em curso de importação para a língua francesa, está ultrapassando as fronteiras e sendo controlado em várias alfândegas intra-européias que não são somente franco-inglesas, como poderia sugerir o fato de que esse vocábulo de filiação latina é, atualmente, mais inglês (“*relevant*”/ “*irrelevant*”), no seu uso corrente, no seu valor de uso, no seu curso ou *currency*, apesar de estar também em curso de afrancesamento. Essa aculturação, esse afrancesamento não é, *stricto sensu*, uma tradução. Essa palavra não está somente em tradução, como diríamos em trabalho ou em viagem, *traveling*, *travailing*, num trabalho de parto, um *labour*. No título proposto o vocábulo vem, por uma dobra suplementar, qualificar a tradução e o que uma tradução poderia *dever ser*, quer dizer *relevante*.

Aqueles e aquelas, a quem o inglês é familiar, talvez já o escutem como a domesticação, o afrancesamento implícito ou, ousarei dizer, a franquia mais ou menos tácita e clandestina do adjetivo inglês “*relevant*”, que seria assim transposto para a língua francesa com armas e bagagens, com seus predicados de denotação e de conotação. O feminino francês dessa palavra (uma tradução “*relevante*”) soa ainda mais inglês e nos remete à assinatura e àquilo que está em jogo na diferença sexual, em toda parte onde existe tradução, tradutora, tradutor.

O que é dito “*relevant*”, na maior parte das vezes? Aquilo que parece mais certo, pertinente, a propósito, bem-vindo, apropriado, oportuno, justificado, bem afinado ou ajustado, surgindo de forma adequada lá onde é esperado – correspondendo, como deve ser, ao objeto ao qual se referem o gesto dito relevante, o discurso relevante, a proposição relevante, a decisão relevante, a tradução relevante. Uma tradução relevante seria, portanto, simplesmente, uma “boa” tradução, uma tradução que faz tudo o que dela se espera, uma versão, em suma, que cumpre sua missão, honra sua dívida e faz seu trabalho ou seu dever, inscrevendo na língua de chegada o equivalente mais “*relevant*” de um original, a linguagem *a mais* precisa, apropriada, pertinente, adequada, oportuna, penetrante, unívoca, idiomática etc. *A mais* possível, e esse superlativo nos coloca na via de uma “economia” com a qual devemos contar.

O verbo “*relever*” me lembra uma experiência de tradução, modesta mas efetiva, na qual me encontrei empenhado há mais de trinta anos, de maneira quase contínua, primeiramente, entre o alemão e o francês e depois, mais recentemente, entre o inglês e o francês. Que essa mesma palavra francesa (uma única e mesma palavra, supondo-se

que seja uma única e mesma palavra e que seja de parte a parte francesa, de ora em diante), que esse mesmo vocábulo possa assim operar numa única língua, entre três línguas, e para “traduzir”, ou em todo caso, fazer *trabalhar* palavras diferentes pertencentes a contextos aparentemente diferentes, em pelo menos duas outras línguas de origem (o alemão e o inglês), eis o que me parece ser um acaso incalculável, uma invenção ou uma necessidade da qual me pergunto quem poderia assumir a responsabilidade, mesmo se, aparentemente, ela foi, primeiramente, minha e me foi necessário assiná-la. Acerca disso não tenho nem ilusão nem pretensão: se tomei a iniciativa dessas *quasi*-traduções, isso só me foi possível pela escuta, e registro, das possibilidades ou das leis – semânticas e formais – já inscritas nessa família de línguas e, em primeiro lugar, na “minha” língua. Em todo caso, o acaso em questão me parecendo, desde então, um pouco mais familiar, sentindo-me, por minha parte, menos exposto na minha incompetência, em vez de correr o risco de dizer sobre a tradução em geral coisas muito irrelevantes diante de vocês, hábeis especialistas e profissionais com prática, preferi então propor-lhes rondar uma pequena palavra e segui-la como um “passante”, e não me aventurar novamente, pela ordem da generalidade, em reflexões teóricas de procedimentos evidentemente mais filosóficos ou especulativos – como os que arrisquei em outros textos, sobre o problema universal de A Tradução, seguindo os traços de Benjamim, de Joyce e de alguns outros.

Em seguida, talvez devesse confessar, considerando-me assim culpado sem circunstância atenuante, que é primeiramente a esse título, isto é, pela sua intraduzibilidade, que eu o escolhi, meu título, premeditando assim meu crime, tramando, em suma, para fazer da aparente intraduzibilidade de meu título, de uma palavra nele que assino, do idioma de alguma coisa como minha assinatura, o tema desta conferência, que parecerá, portanto, um sinete abreviado em rubrica, por vergonha ou arrogância.

Ainda assim, concedam-me o crédito, não transgrido o código da conveniência ou da modéstia a título de desafio provocante, mas a título de prova: para submeter a experiência da tradução à prova do intraduzível.

Ora, não creio que nada seja sempre intraduzível – nem traduzível, aliás.

Como podemos ousar dizer que nada é traduzível, tanto quanto nada é intraduzível? A que conceito da tradução é necessário apelar para que esse axioma não seja simplesmente ininteligível e contraditório-

rio: “nada é traduzível ou nada é intraduzível”? Na condição de uma certa *economia* que aproxima o traduzível do intraduzível, não como se aproxima o mesmo do outro, mas o mesmo ao mesmo ou o outro ao outro. “Economia”, aqui, significaria duas coisas, *propriedade* e *quantidade*: por um lado, aquilo que concerne à lei da *propriedade* (*oikonomia*, a lei, *nomos*, daquilo que é próprio, apropriado a si, em casa – e a tradução é sempre uma tentativa de apropriação que visa transportar para casa, na sua língua, o mais decentemente possível, da maneira mais relevante possível, o sentido mais próprio do original, mesmo se for o sentido mais próprio de uma figura, de uma metáfora, de uma metonímia, de uma catacrese ou de uma indecível impropriedade) e, por outro, à lei de *quantidade*: quando se fala em economia, fala-se sempre de quantidade calculável. Conta-se e presta-se conta, “*one counts and accounts for*”. Uma tradução relevante é uma tradução cuja economia, nesses dois sentidos, é a melhor possível, a mais apropriante e a mais apropriada possível.

Como um *princípio de economia* permite dizer ao mesmo tempo duas coisas aparentemente contraditórias (1. “Nada é traduzível”, 2. “Tudo é traduzível”), confirmando a experiência que nos é comum, suponho, além de qualquer contestação possível, sabendo-se que, de fato, toda tradução dada, a melhor e a pior, coloca-se entre as duas, entre a relevância absoluta, a transparência a mais apropriada, adequada, unívoca, e a irrelevância a mais aberrante e a mais opaca? Para compreender o que significa essa economia de entremeio é preciso imaginar as duas hipóteses extremas, as duas hipóteses seguintes: se, a um tradutor absolutamente competente em, pelo menos, duas línguas e duas culturas, duas memórias culturais com os saberes sócio-históricos que nelas se incorporam, é dado todo o tempo, e todo o lugar, e tantas palavras quanto são necessárias para explicar, explicitar, ensinar o conteúdo de sentido e as formas de um texto a traduzir, não há nenhuma razão para que ele encontre algo intraduzível e que um resto permaneça na sua operação. Se é dado a alguém competente um livro inteiro, cheio de “*translator's notes*”, para explicar tudo o que pode querer dizer, na sua forma, uma frase de duas ou três palavras (por exemplo, o “*he war*” de *Finnegans Wake*, do qual me ocupei em outro texto,³ ou

3 *Ulysses Gramophone, deux mots pour Joyce*, Gaïlée, 1986. [“Duas palavras para Joyce”. Trad. R. G. de Agostino. In: NESTROVSKI, A. (Org) *Riverrun – Ensaios sobre James Joyce*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.17-39. (N. T.)

então “*mercy seasons justice*”, de *O mercador de Veneza* do qual falaremos), não há nenhuma razão, em princípio, para que ele fracasse em apresentar, sem resto, as intenções, o querer-dizer, as denotações, conotações e sobredeterminações semânticas, os jogos formais daquilo que chamamos de original. Isto, simplesmente, que acontece todos os dias na universidade e na crítica literária, não será denominada uma tradução, uma tradução digna desse nome, a tradução no sentido estrito, a tradução de uma obra. Para servir-se legitimamente da palavra “tradução” (*translation, Übersetzung, traducción, translación* etc.), na rigorosa acepção que lhe foi conferida, há alguns séculos, por uma história longa e complexa num contexto cultural dado (mais precisamente, mais estreitamente numa Europa abraâmica e pós-luterana), é preciso que, fora de toda paráfrase, explicação, explicitação, análise etc., a tradução seja *quantitativamente* equivalente ao original. Não falo aqui da quantidade em geral nem da quantidade dita prosódica (o metro, o ritmo, a cesura, a rima, tantos desafios clássicos e tantos limites, em princípio e em fato, insuperáveis à tradução). E também deixo, deliberadamente de lado, toda espécie de fenômenos – aliás interessantes – em razão dos quais essa forma de equivalência quantitativa nunca é rigorosamente acessível. Algumas línguas são conhecidas por levarem muito longe esse excesso de extensão nas traduções. Nenhuma tradução reduzirá jamais essa diferença quantitativa, quer dizer, no sentido kantiano dessa palavra, estético, já que ela concerne as formas espaciais e temporais da sensibilidade. Mas este não será meu propósito. Não, o que me interessa mais, e hoje em primeiro lugar, nessa lei quantitativa, nessa economia, é a unidade de medida que comanda, ao mesmo tempo, tanto o conceito clássico da tradução quanto o cálculo que lhe é prescrito. Essa unidade de medida quantitativa não é, nela mesma, quantitativa, mas é, de uma certa maneira, qualitativa. Não se trata de medir um espaço homogêneo ou o peso de um livro, nem mesmo de se dedicar a uma aritmética dos signos ou das letras; não se trata de contar o número de signos, de significantes ou significados, mas de contar o *número das palavras*, as unidades lexicais denominadas “palavra”. A unidade de medida é a unidade da palavra. A filosofia da tradução, a ética da tradução, se é que existe, seria, *hoje*, uma filosofia da palavra, uma lingüística ou uma ética da palavra. No início da tradução existe a palavra. Nada é menos inocente, pleonástico e natural, nada é mais histórico que essa proposição, mesmo se ela parece evidente demais. Nem sempre foi dessa forma, vocês o sabem muito bem. Como foi formulado por Cícero, entre outros, creio, para velar em

seguida, impassivelmente, para velar ainda sobre uma história turbulenta e diferenciada da tradução, de suas práticas e de suas normas, o primeiro imperativo da tradução não foi, com certeza, e vocês o sabem, a ordem da “palavra por palavra”. Em *De Optimo genere oratorum*, Cícero franqueia a tradução de sua obrigação para com o “*verbum*”, de sua dívida em relação à palavra por palavra. A operação que consiste em converter, em retornar (“*convertere, vertere, transvertere*”) não deve se deixar tomar pela palavra ou tomar a palavra ao pé da letra. É suficiente fazer passar a idéia, a figura, a força. E a divisa de São Jerônimo, que foi, como Lutero, um dos pais de uma certa ética da tradução, uma ética que sobrevive mesmo se é contestada na nossa modernidade, é: “*non verbum e verbo, sed sensum exprimere de sensu*”. Ele se referia, na época, tanto à tradução dos Gregos quanto à das Santas Escrituras, embora tenha tentado fazer uma exceção para “a ordem misteriosa das palavras” (*verborum ordo mysterium*),⁴ na Bíblia. Pouco depois, alguns séculos apenas, uma tradução dita literal, se quiser atingir a maior relevância possível, não será uma tradução que traduz letras, nem mesmo a que traduz o que chamamos tranquilamente de sentido, mas será aquela que, traduzindo o sentido dito próprio de uma palavra, seu sentido literal, quer dizer, determinado e não figurativo, impõe-se, como lei ou como ideal, embora permaneça inacessível, traduzir, não palavra a palavra, nem certamente palavra por palavra, mas de permanecer, apesar disso, tão perto quanto possível da equivalência de “uma palavra por uma palavra”; e impõe-se, portanto, respeitar a quantidade verbal como quantidade de palavras, em que cada uma é um corpo que não pode ser decomposto, a unidade indivisível de uma forma sonora incorporando ou significando a unidade indivisível de um sentido ou de um conceito. Por isso, cada vez que há várias palavras em uma, ou na mesma forma sonora ou gráfica, cada vez que há efeito de *homofonia* ou de *homonímia*, a tradução, no sentido estrito, tradicional e dominante desse termo, encontra um limite intransponível – e o começo de seu fim, a configuração de sua ruína (mas talvez, uma tradução seja consagrada à ruína, a essa forma de memória ou de comemoração que se denomina ruína; a ruína talvez seja sua vocação e um destino que ela aceita desde a origem). Uma homonímia ou uma homofonia nunca é

4 *Liber de optimo genere interpretandi* (*Epistula* 57, p.13). Sou devedor, nessa referência, ao admirável e recente trabalho (ainda inédito) de Andrés Claro, *Les Vases Brisés: Quatre Variations sur la Tâche du Traducteur* (nota 38).

traduzível no palavra a palavra. É preciso ou se resignar a perder seu efeito, sua economia, sua estratégia (e essa perda é enorme) ou, pelo menos, acrescentar uma glosa, do tipo "*translator's note*" que sempre, mesmo no melhor dos casos, o caso da maior relevância, confessa a impotência ou a derrota da tradução. Embora marcando que o sentido e os efeitos formais do texto não escaparam ao tradutor ou à tradutora e podem, portanto, ser levados ao conhecimento do leitor, a "*translator's note*" rompe com o que denomino a lei econômica da palavra, a que define a essência da tradução no sentido estrito, da tradução comum, normalizada, pertinente ou relevante. Em todos os lugares em que a unidade da palavra é ameaçada, ou colocada em questão, não é somente a operação da tradução que se encontra comprometida, é o conceito, a definição e a própria axiomática, a idéia da tradução que é preciso reconsiderar.

Falando assim sobre essas coisas, eu já queimei etapas, formalizei muito depressa, procedi a uma economia ininteligível. O que acabo de dizer permanece, sem dúvida, ainda intraduzível. Desacelero, portanto, e recomeço.

Vocês podem se perguntar a que língua pertence a palavra "*relevante*". É uma dessas palavras inglesas que, de maneira confusa e mal regrada, está conquistando tanto valor de uso como valor de troca, em francês, sem jamais ter sido, pelo que sei, oficialmente creditada pelas vias institucionais de alguma academia. A esse título, ela representaria um dos exemplos de palavras cujo uso flutua entre várias línguas (há cada vez mais) e que merecem uma análise ao mesmo tempo lingüística e sociológica, política e, sobretudo, histórica, ali, onde os fenômenos de hegemonia vêm também inscrever sua assinatura sobre o corpo de uma espécie de idioma europeu, talvez universal, em formação (que ele seja primeiramente europeu está, aliás, longe de excluir que ele se universaliza e esta é ainda uma vasta questão de tradução sem tradutor, se posso dizer assim, a qual devo, como as precedentes e como tantas outras, deixar de lado, por falta de tempo).

A essa palavra, "*relevant*", a esse particípio presente em situação de atributo, é confiada uma tarefa exorbitante. Não a tarefa do tradutor, mas a tarefa de definir, nada menos, a essência da tradução. Essa palavra cuja pertença ao francês ou ao inglês não está bem assegurada nem decidida, e que, como espero mostrar daqui a pouco, guarda também uma obscura filiação germânica, eis que ela chega a um lugar *duplamente* eminente e exposto.

Por um lado, ela prolonga e anuncia a realização de uma resposta ambiciosa à questão da essência da tradução (“O que é uma tradução?”). Para saber o que pode querer dizer e ser uma tradução relevante, é necessário saber o que é a essência da tradução, sua missão, sua finalidade, sua vocação.

Por outro, supõe-se, com ou sem razão, que uma tradução relevante seja melhor que uma tradução não relevante. Uma tradução relevante é tida, com ou sem razão, como a melhor tradução possível. A definição teleológica da tradução, a definição da essência consumada da tradução se confunde, portanto, com a definição de uma tradução relevante. A pergunta “o que é uma tradução relevante?” ou “o que deve ser uma tradução?” remete à pergunta: “o que é tradução?” ou “o que deve ser uma tradução?”. E a pergunta “o que deve ser a tradução?” subentende, como por sinonímia, “como deveria ser a melhor tradução possível?”.

Dito de outra forma (dito de outra forma, a expressão “dito de outra forma”, “em outros termos”, “em outras palavras”, “in other words”, é a cláusula que anuncia silenciosamente toda tradução, pelo menos quando ela se designa, a si própria, como tradução, e anuncia, de maneira autodêitica: eis-me aqui, sou uma tradução, vocês lêem aqui uma tradução, uma tradução não interlingual, para usar da distinção de Jakobson, mas intralingual⁵ – e este autodêitico, não estou seguro se ele acompanha ou não a palavra “relevante” no meu título); em outras palavras, se a questão “o que é uma tradução relevante?” não significa nada senão a questão “o que é uma tradução?” ou “o que deveria ser a melhor tradução possível?”, então deveríamos fazer a economia da palavra “relevante” e esquecê-la, abandoná-la, sem tardar.

E portanto, conservei-a. Por quê? Talvez para tentar lhes convencer de duas coisas: por um lado, que essa palavra de filiação latina, a qual não sei mais a que língua terá pertencido, ao inglês ou ao francês, tornou-se indispensável, a mim, na sua própria unicidade, para traduzir várias palavras originárias de várias línguas e, primeiramente, do alemão (como se, por sua vez, o alemão contivesse mais de uma palavra

5 Quando nos referimos à classificação de Jakobson, somente a tradução *interlingual* (a que transporta de uma língua à outra, e à qual nos referimos, a maior parte das vezes, como sentido próprio, ou estrito) é comandada pela economia e, na economia, pela unidade da palavra. Nem a tradução *intra-lingual* nem a tradução *intersemiótica* são comandadas por um princípio de economia nem, principalmente, pela unidade da palavra.

numa única palavra); por outro, essa palavra traduzente tornou-se, por sua vez, intraduzível, por essa mesma razão. E quando digo que isso já aconteceu comigo, como vou tentar contar, não posso designar nada que me seja empiricamente pessoal, pois o que me aconteceu ou o que passou por mim, vindo de línguas e retornando a elas, foi também um projeto de credenciamento institucional e de consagração no espaço público. Entretanto, minha primeira preocupação não foi a de me apropriar dessa tradução, mas de legitimá-la, torná-la reconhecida como a mais relevante possível e, portanto, de me expropriar, dela me desposuir, ao contrário, colocando-a no mercado – mesmo se eu ainda pudesse sonhar em deixar minha efígie sobre essa moeda corrente e, como Shylock, esperar um reconhecimento de dívida.

Como fazer para tentar justificar, e, em todo caso, para submeter à sua apreciação as razões pelas quais, muitas vezes, com trinta anos de intervalo, julguei relevante utilizar o único e mesmo verbo *relever*, para traduzir primeiramente uma palavra alemã e, depois, uma palavra inglesa?

A palavra inglesa, começemos pelo fim, encontra-se em *O mercador de Veneza*.⁶ O privilégio que atribuo a essa peça de Shakespeare não se deve somente à presença dessa palavra a ser traduzida. Além disso, a título da conotação, tudo na peça pode se retraduzir no código da tradução e como um problema de tradução; e isso nos três sentidos que Jakobson distingue: interlingual, intralingual, intersemiótico – como, por exemplo, entre libra de carne e soma em dinheiro. A tradução aí se apresenta, a cada instante, tão necessária como impossível. Ela é a lei, ela até fala a linguagem da lei além da lei, linguagem da lei impossível, representada por uma mulher disfarçada, transfigurada, convertida, travestida – traduza: *traduzida* em homem da lei. Como se o tema dessa peça fosse, em suma, a tarefa do tradutor, sua tarefa impossível, seu dever, sua dívida tão inflexível quanto impagável. Ao menos por três ou quatro razões:

1 Há, primeiramente, um juramento (*oath*), um compromisso insustentável com risco de perjuro, uma dívida e um dever que constituem o próprio propulsor da intriga, do “*plot*”, ou do complô. Ora, seria fácil demonstrar (e tentei fazê-lo em outro texto) que toda tradução implica

6 Utilizei a tradução de Bárbara Heliodora (e a modifiquei, quando necessário) da edição de Shakespeare, W. (1990). *A comédia dos erros e O mercador de Veneza*, Editora Nova Fronteira. (N. T.)

esse endividamento insolúvel e esse juramento de fidelidade para com um original dado – com todos os paradoxos de uma tal lei e de um tal compromisso, desse laço (*bond*) e desse contrato, desse compromisso, aliás impossível e dissimétrico, transferencial e contratransferencial, como um juramento destinado à traição e ao perjuro.

2 Há, em seguida, o tema da economia, do cálculo, do capital e do juro, da dívida impagável feita a Shylock: o que eu dizia há pouco sobre a unidade da palavra fazia, efetivamente, de uma certa economia, a lei da tradução.

3 Há também, no próprio coração do dever ou da dívida, em *O mercador de Veneza*, como em toda tradução, essa equivalência incalculável, essa correspondência impossível, mas alegada incessantemente, entre a libra de carne e dinheiro, a tradução exigida, mas impraticável, entre a literalidade singular de um corpo próprio e o arbitrário de um signo geral, monetário ou fiduciário.

4 Essa tradução impossível, essa conversão (e toda tradução é uma conversão: *vertere, transvertere, convertere*, conforme Cícero) entre a carne original, literal, e o signo monetário, não é sem relação com a conversão forçada do judeu Shylock ao cristianismo, a-figura tradicional do Judeu sendo, por outro lado, muitas vezes e por convenção, situada do lado do corpo e da letra (da circuncisão carnal ou do farisaísmo, da obediência ritual à exterioridade literal) enquanto, desde São Paulo, o Cristão se encontraria do lado do espírito ou do sentido, da interioridade, da circuncisão espiritual. Essa relação da letra ao espírito, do corpo da literalidade à interioridade ideal do sentido é também o lugar da passagem da tradução, dessa conversão que denominamos tradução. Como se a questão da tradução fosse primeiramente uma questão abraâmica, entre o Judeu, o Cristão e o Muçulmano. E a substituição, como a relevância sobre a qual me preparo para lhes falar, seria, justamente, aquilo que acontece à carne do texto, ao corpo, ao corpo falado e ao corpo traduzido – quando nos endividamos pela letra para salvar o sentido.

Shylock lembra que prometeu, *sob juramento (under oath)*, respeitar o texto original do contrato, do reconhecimento de dívida. O que lhe é devido faz referência, literalmente, à libra de carne. Esse juramento liga-o ao céu, relembra, não pode ser violado sem perjuro, quer dizer, sem traição, traduzindo os termos em signos monetários. Em nome da letra do contrato, Shylock recusa a tradução ou a transação (a tradução é uma transação). Portia acaba de oferecer-lhe três vezes a soma do

dinheiro que lhe é devida em troca da libra de carne (*pound of flesh*). Se você traduzir a libra de carne em dinheiro, ela lhe propõe, em suma, você terá três vezes a quantia devida. Shylock exclama então: “*An oath, an oath, I have an oath in heaven: shall I lay perjury upon my soul? No, not for Venice*” (“Eu jurei, eu jurei, aos céus jurei – Devo perder minh'alma num perjúrio? Não, nem por Veneza inteira.”)⁷.

Portia finge anotar essa recusa e reconhecer que “o prazo venceu” (“*This bond is forfeit*”). Esse contrato, esse laço, esse reconhecimento da dívida estando vencida, o Judeu tem o direito de reclamar uma libra de carne que deve ser literalmente cortada por ele bem perto do coração do mercador. (“*Why this bond is forfeit; And lawfully by this the Jew may claim/A pound of flesh, to be by him cut off Nearest the merchant's heart*”). Portia terá, uma última vez, insistido com Shylock para perdoar, anulando a dívida, adiando-a, dispensando-a: “*Be merciful*, ela pede, aceite três vezes o seu dinheiro e peça-me para rasgar este bilhete, esse contrato, “*bid me tear the bond*”. Shylock recusa mais uma vez; ele jura, na verdade, pela sua alma, que não pode perjurar e retomar seu juramento. Contra-assinando seu ato de fé, jurando sobre o que já havia jurado, ele se refere, então, à língua, a uma língua dos homens incapaz, na sua economia relativa, na tradução ou na transação proposta, de estar à medida do juramento absoluto que liga sua alma, incondicionalmente, diante de Deus: “*by my soul I swear There is no power in the tongue of man To alter me. I stay here on my bond*”: “Por minh'alma, Não há poder na língua de ninguém, em nenhuma língua humana, Para me abalar (para me alterar, para me fazer mudar). Eu quero o que tratei”.⁹

O juramento é, portanto, na língua humana, um compromisso que, todavia, a língua humana não saberia, por ela mesma, desfazer, dominar, apagar, assujeitar-se ao desfazê-lo. Um juramento é um laço, na língua humana, que a língua humana, como tal, como humana, não pode desfazer. É, na língua humana, um laço (*bond*) mais forte que a língua humana etc. Mais que o homem no homem. É, na língua huma-

7 Op. cit., p.228, tradução modificada. (N. T.)

8 Essa aritmética abstrata, essa economia aparentemente arbitrária da multiplicação por três – três vezes mais signos monetários – orienta-nos em direção à cena dos três amantes de Portia, no fim da peça, e a toda a problemática dos três cofres, de *O mercador de Veneza ao Rei Lear*. Através de um Freud mobilizado e questionado, seria ainda uma grande cena de transferência, de metáfora e de tradução.

9 Idem, p.229, tradução modificada. (N. T.)

na (elemento da tradução), uma lei inflexível que impede a tradução de transação, mas, ao mesmo tempo, impõe o respeito pela literalidade original ou pela palavra dada. É uma lei que preside à tradução, impondo-lhe respeito absoluto, sem transação, pela palavra dada na sua letra original. O juramento, a fé jurada, o ato de jurar, é a própria transcendência, a experiência da passagem para além do homem, a origem do divino ou, se preferirmos, a origem divina do juramento. Isso parece ser verdadeiro para a lei da tradução em geral. Nenhum pecado é mais grave que o perjuro, e Shylock repete, jurando, que não saberia abjurar; ele confirma, portanto, por um segundo juramento, o primeiro juramento, no tempo de uma repetição. Chamamos isso de fidelidade, que é a própria essência e a vocação do juramento: quando eu juro, juro, numa língua, que não há poder, em nenhuma língua humana, de me fazer abjurar, de me desacreditar, quer dizer, de me fazer perjurar. O juramento passa *pela* língua, mas ultrapassa a língua humana – e aí está a verdade da tradução.

Nessa fabulosa história de juramento, de laço contratual (*bond*), trata-se, portanto, de um endividamento no qual os valores de troca são incomensuráveis e, portanto, intraduzíveis uns por outros (dinheiro e libra de carne: *money/pound of flesh*). Na cena 1 do ato IV, Portia, disfarçada em advogado, dirige-se, primeiramente, a Antônio, pedindo-lhe para reconhecer, para confessar sua dívida não paga ou impagável: “*Do you confess the bond?*”, ela lhe pergunta. Você confessa, reconhece o contrato, o compromisso, o laço? “*Reconnais-tu le billet?*” traduz simplesmente François-Victor Hugo, cuja tradução eu seguirei, às vezes modificando-a. Reconhece o reconhecimento da dívida? Confirma o compromisso assinado, o laço, o que você deve, aquilo pelo que você está em dívida ou em falta, isto é, faltoso (daí a palavra “*confess*”)? Resposta de Antônio: “*I do*” (performativo). Sim, eu confesso, declaro, reconheço, confirmo e assino ou contra-assino. *I do*. Frase tão extraordinária quanto um “sim”. Economia e brevidade da resposta: tão simples e pobre quanto possível, a enunciação implica não somente um “eu”, um “eu” que *faz* o que diz ao dizê-lo, confirmando que é ele mesmo o mesmo que aquele que já escutou, compreendeu, memorizou, na sua integridade, o sentido da pergunta feita, por sua vez integrada na resposta que atesta a identidade entre o “eu” que escutou e o “eu” que profere o “sim” ou o “*I do*”. Mas implica também, na medida dessa compreensão e da memória da pergunta, que é o mesmo “eu” que pergunta: eu digo *sim*, *I do*, respondendo exatamente ao que você quer dizer ao me pedir isso ou ao me fazer essa pergunta. Nessa medida,

pensamos e queremos dizer a mesma coisa (tradução intralingual), nós somos o mesmo em espelho. Essa univocidade em espelho ou em transparência, essa tradução ideal é suposta estar em ação em todo performativo do tipo “eu perdôo”.

Depois dessa confissão de Antônio, a resposta soa como uma sentença. “*Then must the Jew be merciful*”. Seis palavras breves nomeiam, no mesmo fôlego, *Jew and Mercy*, o Judeu e o perdão. Essa pequena frase atesta, ao mesmo tempo, a economia e o gênio incomparável de Shakespeare. Merece elevar-se acima deste texto como uma imensa alegoria; resume talvez toda a história do perdão, toda a história entre o Judeu e o Cristão, toda a história da economia (*merces*, mercado, mercadoria, “*merci*”, mercê, mercenariato, salário, recompensa literal ou sublime) como história da tradução: “*Then must the Jew be merciful*”.

“Portanto” (então, por consequência, *Igitur*) o Judeu deve ser “*merciful*”. Ele deve ser clemente, indulgente, dizem algumas traduções. Evidentemente, isso também quer dizer *aqui*: “Portanto, *igitur*, *then*, já que você confessa a dívida ou a falta, então o Judeu (este Judeu *aqui*, Shylock, neste contexto preciso) deve liberá-lo da dívida. Mas a força elíptica da sentença tende a adquirir um gigantesco valor simbólico e metonímico, na dimensão de todos os tempos: “*the Jew*” representa também todo Judeu, o Judeu em geral, na sua diferença com o parceiro cristão, o poder cristão, o Estado cristão: o Judeu deve perdoar. (Permitam-me, aqui, um parêntese: relendo essa sentença extraordinária, cujo artifício analisaremos daqui a pouco, relendo esta frase que diz: “portanto o Judeu deve perdoar” – o que subentende “é o Judeu que deve perdoar”, “cabe ao Judeu em geral perdoar” – não posso deixar de lembrar o suspiro extraordinário do Papa deste fim de segundo milênio. Há alguns meses, quando lhe perguntaram, no instante em que tomava o avião para uma das suas viagens transcontinentais, o que ele pensava sobre a declaração de arrependimento do episcopado francês. Suspirando, então, lamentando-se um pouco, lastimando um pouco a cristandade ou a catolicidade, o Papa disse: “Noto que somos sempre nós que pedimos perdão”. Bem! Subentendido: perdão aos Judeus (ainda que alguns pensem também, legitimamente, em certos Índios da América e em diversas outras vítimas da Inquisição, que depois o Papa incluiu no programa de um outro dever de memória, como se diz, ou de arrependimento). É sempre nós, os cristãos ou os católicos que pedimos perdão, mas, por quê? Sim, por quê? Será porque o perdão é coisa cristã e os cristãos devem dar o exemplo, porque a Paixão de Cristo consistiu em assumir o pecado sobre a cruz? Ou então porque, naquela

circunstância, uma certa Igreja, quando não a cristandade, teria tido sempre muito a se censurar, pedindo perdão, primeiramente ao Judeu, a quem é pedido perdoar e ser misericordioso? "*Then must the Jew be merciful*").

Portia se dirige dessa forma a Antônio, seu cúmplice, e nomeando o Judeu como um terceiro, ela entende o que o Judeu entende: diante do seu reconhecimento, de sua declaração, de sua confissão, então o Judeu deve ser *merciful*, misericordioso, indulgente, capaz de perdoar, de adiar sua pena ou seu pagamento, apagar a dívida etc. Ora, o Judeu não compreende a dedução de Portia, recusa-se a compreender bem essa lógica. Queriam que concedesse o perdão ou absolvesse a dívida, simplesmente porque ela foi reconhecida. O Judeu então se indigna: "Em virtude de que obrigação, de que constrangimento, de que lei, deveria eu ser "*merciful*"? a palavra que se traduz por "*obligation*" ou "*contrainte*" ou "*loi*", é interessante: é "*compulsion*" – que significa "*compulsion*" no sentido de pulsão irresistível, de poder constrangedor. Em virtude de qual compulsão deveria eu me mostrar "*merciful*"? "*On what compulsion must I? Tell me that*".

Em resposta a essa pergunta do Judeu, Portia faz um grande elogio do poder de perdoar. Essa sublime tirada define "*mercy*", o perdão, como o poder supremo. Sem constrangimento, sem obrigação, gratuito, gracioso, poder acima do poder, soberania acima da soberania, poder superlativo, mais poderoso que o poder, por ser um poder sem poder, uma ruptura dentro do poder, esse poder transcendente do "*mercy*" se eleva acima do poder, da economia do poder e, portanto, acima da sanção, assim como da transação. Por isso, o perdão é atributo do rei, o direito da graça, o privilégio absoluto do monarca, no caso, do Doge. Mas, excedente infinito, outro movimento, outro mercado na escalada infinita: assim como esse poder está acima do poder, potência mais poderosa que a potência, esse atributo do monarca está, ao mesmo tempo, acima dele e de seu cetro. Esse poder ultrapassa a humanidade passando pela humanidade, como a língua da qual falávamos há pouco: ele não pertence senão a Deus. A graça é divina, ela recorda, no poder terrestre, o que mais se parece com o poder divino, ela é, no homem, o super-humano. Aqui, os dois discursos se repercutem ou se remetem em espelho, o de Shylock, o Judeu e de Portia, a Cristã, ou o Cristão em toga de advogado. Tanto um como o outro colocam alguma coisa (o juramento, o perdão) acima da linguagem humana, *na* linguagem humana, acima da ordem humana *na* ordem humana, acima dos direitos e deveres do homem, *na* lei do homem.

A força do perdão, vocês ouvirão Portia, é *mais que justa*, mais justa que a justiça ou que o direito, ela se eleva acima do direito ou acima daquilo que não é, na justiça, senão direito; ela é, para além do direito dos homens, aquilo mesmo que a prece invoca. E o que é, em suma, um discurso sobre a tradução (possível: impossível) é também um discurso de *prece sobre a prece*. O perdão é prece; ele é da ordem da bênção e da prece, dos dois lados, da parte de quem pede perdão e da parte de quem o concede. A essência da prece é coisa do perdão e não do poder e do direito. Entre a elevação da prece ou da bênção – acima do poder humano, acima mesmo do poder real como humano, acima do direito, do direito penal – e a elevação do perdão acima do poder humano, do poder real e do direito, haveria uma espécie de afinidade essencial. A prece e o perdão têm a mesma proveniência e a mesma essência, a mesma altura mais alta que a altura, a altura do Altíssimo.

Shylock está amedrontado por essa exorbitante exortação a perdoar para além do direito, a renunciar a seu direito e ao que lhe é devido. Exige-se dele mais do que ele pode e mesmo mais do que ele tem o direito de conceder, dado o “*bond*” (o *Bund*, seria tentado a dizer) que o constrange para além de todo vínculo humano. Shylock pressente também que vai ficar a ver navios, se posso falar assim, nessa história de navio e de naufrágio. Ele, que foi apresentado como uma figura do diabo (*the devil in the likeness of a Jew* (ato III, cena 1)), pressente que tentam enganá-lo, que tentam possuí-lo, diabolicamente, em nome da transcendência sublime da graça. Finge-se elevá-lo acima de tudo, com essa história de perdão divino e sublime, mas é um ardil para esvaziar seu bolso, distraíndo-o, para fazê-lo esquecer o que lhe devem, e castigá-lo cruelmente. Ele protesta então, ele se queixa, ele dá queixa, ele reclama a lei, o direito, a penalidade. De qualquer forma, ele não está errado. Em nome desse sublime elogio ao perdão, uma astúcia econômica, um cálculo, a intriga de uma estratégia está sendo tramada, no fim da qual (vocês a conhecem, é o desafio de cortar a carne sem verter uma gota de sangue), Shylock perderá tudo, nessa tradução de transação, tanto os signos monetários de seu dinheiro quanto a libra literal da carne devida – e até sua religião, pois, quando a situação se tiver revertido, à sua custa, ele, Shylock, terá de se converter ao cristianismo, terá de se traduzir (*convertere*) em cristão, em linguagem cristã, depois de ter sido preciso, por sua vez, – por uma inversão escandalosa, ele, a quem suplicavam para ser “*merciful*” – implorar de joelhos a mercê do Doge (“*Down therefore*”, lhe dirá, daqui a pouco, Portia, “*and beg*

mercy of the duke"). Esse perdão, o Doge de Veneza finge lhe conceder para mostrar-lhe o quanto a sua generosidade de cristão e de monarca é superior à do Judeu ("Para mostrar que existe um outro espírito, Eu lhe dou sua vida sem que a peça": "*That thou shalt see the difference of our spirits, I pardon thee thy life before thou ask it, For half thy wealth, it is Antônio's; the other half comes to the general state; Which humbleness may drive in to a fine*", o que vem a ser, na tradução ligeiramente modificada, como se diz, de François-Victor Hugo: "*Pour que tu voies combien nos sentiments (nos esprits) diffèrent, je te fais grâce de la vie avant que tu l'aies demandée. La moitié de ta fortune est à Antonio, l'autre moitié revient à l'État; mais ton repentir peut encore commuer la confiscation en amende*". "Antônio tem metade do que é seu, Para o Estado vai a outra metade – Que a piedade talvez comute em multa¹⁰").

A soberania do Doge, na sua manifestação ardilosa, mima o perdão absoluto, a graça que se concede lá mesmo onde ela não é rogada, a graça da vida. De todo o resto, Shylock é totalmente expropriado, a metade em benefício de um indivíduo particular, Antônio; a outra metade, em benefício do Estado. E então, outro ardil da economia, o Doge impõe, para conceder uma comutação de pena e evitar esse confisco total, uma condição, o "arrependimento" ("*repentir*" é a tradução de F.-V. Hugo para "*humbleness*": se fizer prova de humildade, arrependendo-se, sua pena será comutada e você receberá somente uma multa em vez de uma expropriação total). Quanto à graça absoluta, o Doge tem sobre ela um poder tão soberano que ele ameaça retirá-la ("*He shall do this or else I do recant The pardon that I late pronounced here*").

Portia tinha protestado contra a promessa de permutar, sob condição de arrependimento, a confiscação total por multa. Ela diz: "*Ay for the state, not for Antonio*" (que seja perdoada a pena de confiscação pelo que ele deveria ao Estado, e não pelo que devesse a Antônio). Então Shylock se revolta e recusa o perdão. Ele recusa perdoar, certamente, recusa ser "*merciful*", mas recusa também, reciprocamente, ser perdoado a esse preço. Ele recusa, portanto, tanto conceder como pedir perdão. Em suma, ele se diz estrangeiro a toda essa história fantasmática do perdão, a toda essa intriga malsã do perdão, a toda essa predicação cristã e teológico-política que quer fazer passar gato por lebre. Ele prefere morrer a ser perdoado a esse preço, pois compreendeu, ou, em todo caso, pressentiu, que o perdão absoluto e gracioso deveria, na

10 Idem, p.234. (N. T.)

verdade, ser pago muito caro, e que uma economia sempre se esconde por trás desse teatro da graça absoluta. Shylock diz, então, numa espécie de contracálculo: pois bem, fiquem com vosso perdão, tomem minha vida, matem-me então; pois, tomando-me tudo que tenho e tudo o que sou, vocês me matam da mesma forma: "*Nay, take my life and all; pardon not that: You take my house when you take the prop that sustain my house; you take my life When you do take the means whereby I live*". "Tomai a minha vida junto ao resto (não me perdoe). Para que serve o perdão se me tomais Minha casa e mais tudo o que a sustenta: Ao tomar-me os meus meios de viver, Vós tomastes de mim a própria vida".¹¹

Vocês sabem como as coisas terminam: a extraordinária economia dos anéis e dos juramentos. Nela implicado ou não, Shylock finalmente perde tudo. Ele deve, uma vez que o Doge ameaça retirar sua graça, consentir em assinar uma isenção total de dívida e uma conversão forçada ao cristianismo. "E no batismo – diz Graziano – terá dois padrinhos – tivesse sido eu o juiz, teria dez, para conduzir-te não à pia batismal, mas à forca".¹² Exit Shylock ("*In christening thou shalt have two godfathers; Had I been judge thou shouldst have ten more To bring thee to the gallows, not the font*").

Imediatamente após a cena que acabei de evocar, quando Shylock perdeu tudo e deixou a cena da história (não mais Judeu em cena, não mais Judeu na história), os benefícios são repartidos e o Doge suplica, implora, convida (assim se traduz "*entreat*") Portia para jantar em sua casa. Ela recusa pedindo humildemente perdão: "*I humbly do desire your Grace of Pardon*" (o fato de se chamar os grandes de Vossa Graça, Vossa Graciosa Majestade, significa o poder do qual falamos), pede perdão à Sua Graça, pois ela tem o que fazer na cidade. O Doge pede para que a, ou o gratifiquem, (*gratify*), que lhe paguem ou recompensem por seus serviços ("*Antonio, gratify this gentleman, For in my mind you are much bound to him*"). Essa gratificação, essa recompensa é um salário. Portia o sabe, ela o reconhece, ela sabe e diz que foi paga por ter representado bem uma cena de graça e de perdão, como um hábil e astuto homem da lei; ela confessa, esta mulher em homem, que foi bem paga, de alguma forma, como mercenária do perdão, ou da mercê: "*He is well paid that is well satisfied; And I, delivering you, am satisfied, And the-*

11 Idem, p.234, tradução modificada. (N. T.)

12 Idem, p.236, tradução modificada. (N. T.)

rein do account myself well paid: my mind was never yet more mercenary": "Está bem pago quem se diz contente E eu estou contente só por libertá-lo, Sendo essa toda a paga a que eu aspiro. Me falta o interesse mercenário¹³". Ninguém saberia dizer melhor do "mercenarismo" do "*merci*", em todos os sentidos dessa palavra. Além disso, nunca ninguém diz melhor que Shakespeare, ele que foi acusado de anti-semi-tismo, por uma peça que coloca em cena, com uma força inigualável, todos os grandes propulsores do antijudaísmo cristão.

Enfim, sempre na mesma cena, Bassânio responde a Portia isto, que passa ainda por uma lógica do perdão: "Aceite uma lembrança, pelo menos – Como tributo, mais que pagamento." ("*Take some remembrance of us, as a tribute, not as a fee. Grant me two things, I pray you, Not to deny me, and to pardon me*"). "Eu lhe peço fazer-me dois favores – Perdoar-me e receber a prenda".¹⁴

É esse o contexto em que Portia terá ostentado a eloquência pela qual terá sido paga, como um homem de lei mercenário.

Agora o prato de resistência. Deixei o de gosto mais relevado para o fim. Exatamente depois de ter dito "*Then must the Jew be merciful*", e depois de Shylock ter protestado, perguntando: "*On what compulsion must I. Tell me that*", Portia retoma a palavra. Eu cito-a em inglês, depois traduzo – faço uma paráfrase, na verdade – etapa por etapa do que é um acréscimo, admiravelmente ritmado:

Primeiro tempo:

"The quality of mercy is not strained,

It droppeth as the gentle rain from Heaven

Upon the place beneath: it is twice bless'd;

It blesseth him that gives and him that takes."

A qualidade do perdão não é forçada, constrangedora: o perdão não se impõe, ele é livre, gratuito; a graça é gratuita. A graça, ela cai do céu, como uma chuva doce. Não é programável, calculável; ela acontece ou não acontece, ninguém ou nenhuma lei humana decide sobre a chuva; como a chuva, ela acontece ou não; mas é uma chuva boa, uma chuva doce; o perdão não se impõe, não se calcula, ele é estrangeiro ao cálculo, à economia, à transação e à lei, mas ele é bom, como o

13 Ibidem.

14 Ibidem, p.237.

dom, pois a graça se dá perdoadando e ela fecunda; ela é boa, é benfazeja, benevolente, *benéfica* como um *benefício* contra um *malefício*, uma bondade contra uma maldade. Ela cai, como a chuva, de cima para baixo (*it droppeth upon the place beneath*): aquele que perdoa está, como o próprio perdão, no alto, muito alto, acima daquele que pede ou obtém o perdão; existe uma hierarquia, e por isso a metáfora da chuva não é somente a de um fenômeno que não se comanda, é também a de um movimento vertical descendente: o perdão se dá de cima para baixo. "...abençoada duplamente, Abençoa a quem dá e quem recebe",¹⁵ "*it is twice bless'd; it blesseth him that gives and him that takes*": já existe, então, uma partilha do bem, do bem-feito, uma partilha da bênção, acontecimento performativo, e uma especularidade entre dois benefícios da benção, uma reciprocidade de troca, uma tradução entre dar e tomar.

Segundo tempo:

*"'Tis mightiest in the mightiest; it becomes
The throned monarch better than his crown;
His sceptre shows the force of temporal power,
The attribute to awe and majesty,
Wherein doth sit the dread and fear of kings;
But mercy is above this sceptred sway,
It is enthroned in the heart of kings,
It is an attribute to God himself,
And earthly power doth then show likest God's
When mercy seasons justice..."*

Ela é, a graça que perdoa, o mais poderoso ou o todo-poderoso *no* todo poderoso: *'Tis mightiest in the mightiest*, a toda potência da toda potência, toda-poderosa ou o todo-poderoso entre os todos-poderosos, a grandeza absoluta, a altura absoluta, o poder absoluto no poder absoluto, o superlativo hiperbólico do poder. A toda-potência da toda-potência é, ao mesmo tempo, a essência do poder, a essência da potência, a essência do possível, mas também aquilo que, como essência e superlativo da potência é, ao mesmo tempo, o mais alto da potência e mais *que* a potência, *além* de toda-potência. Esse limite do poder, da potência e do possível nos obriga a nos perguntarmos se a experiência do perdão é uma experiência do "poder" do "poder-perdoar", a afirma-

¹⁵ *Ibidem*, p.227.

ção do poder pelo perdão etc., na articulação de todas as ordens do “eu posso”, e não somente do poder político, ou então bem além de todo poder. Nesse caso, trata-se sempre, outra dificuldade da tradução, do *mais* como o *mais* e como *mais que*, o *mais* poderoso como *mais poderoso que* – e como *mais que* poderoso e, portanto, como de uma outra ordem que a potência, o poder ou o possível: o impossível *mais que impossível e, portanto, possível*.¹⁶

Da mesma maneira, em “*mightiest in the mightiest*”, se o perdão, se “*the mercy, the quality of mercy*” é o “*mightiest in the mightiest*”, isto situa, ao mesmo tempo, o cume da toda-potência e alguma coisa a *mais* e diferente do poder absoluto. Poderemos seguir, na sua consequência, o estremecimento desse limite entre o poder e o im-poder absolutos, o im-poder ou o impossível absoluto como o poder sem limite. Isso não deixa de se relacionar com o possível im-possível da tradução.

A graça convém ao monarca no trono, diz portanto Portia, melhor ainda que sua coroa. Ela é *mais* alta que a coroa sobre sua cabeça, ela *vai* bem ao monarca, ela *lhe* convém, mas ela *vai* *mais* alto *que* a cabeça e que o chefe, *mais* que o atributo ou o signo de poder que é a coroa real. Como o cetro, a coroa manifesta o poder temporal enquanto o perdão é um poder supratemporal, espiritual. Acima da autoridade do cetro, ele impera no coração dos reis. Essa potência soberana é diferente do poder temporal e, para ser outra que o poder temporal – terrestre e político, portanto –, ela deve ser interior, espiritual, ideal: no coração do rei e não nos seus atributos exteriores. A passagem do limite segue, evidentemente, a trajetória de uma interiorização que passa do

16 Estrutura análoga àquela que Angelus Silesius, em *Le Pèlerin Chérubinique* – que cito e analiso em *Salvo le nom*, p. 33 [*Salvo o nome*, tradução de Nícia A. Bonatti, Campinas: Papirus, 1995, p. 20. (N. T.) denomina o “*überunmöglichste*” do qual ele diz que é possível – e que é Deus: “*das überunmöglichste ist möglich*”, diz ele, o que se pode traduzir, conforme a maneira de entender o *über*, por “o *mais* impossível, o impossível absoluto, o impossível por excelência é possível” ou “o *mais que* impossível, o além de impossível é possível”; o que, ao mesmo tempo, é muito diferente e vem a dar no mesmo, pois nos dois casos (um comparativo, outro superlativo) isso quer dizer que o cume, a ponta do cume (o ápice) é de uma ordem outra que aquilo do qual ele é o cume; o *mais* alto é, portanto, o contrário ou o outro daquilo que ele ultrapassa; ele é *mais* alto que a altura *mais* alta: o *mais* impossível e o *mais que* impossível são de uma outra ordem que o impossível em geral e podem, portanto, ser possíveis. O sentido do “possível”, o alcance do conceito de possibilidade terão sofndo, no intervalo, na ponta ou no limite do impossível, se posso dizer assim, uma mutação – e essa mutação forma o que está em jogo na nossa reflexão sobre a impossível possibilidade da tradução: não há *mais* contradição possível entre possível e impossível a partir do momento em que pertencem a duas ordens heterogêneas.

visível ao invisível, tornando-se coisa do coração: o perdão como *misericórdia*, se quiserem, a misericórdia sendo a sensibilidade do coração pela infelicidade do culpado, aquilo que concede seu movimento ao perdão. Essa misericórdia interior é de essência divina, mas diz também alguma coisa da essência da tradução. Portia fala evidentemente como cristã, ela procura converter ou finge persuadir um convertido. Tentando convencer Shylock a perdoar, ela já tenta convertê-lo ao cristianismo; fingindo supô-lo já cristão, para escutar o que ela quer dizer, ela o direciona ao cristianismo, por sua lógica e sua retórica; ela o pre-dispõe ao cristianismo, como teria dito Pascal, ela o pré-converte, ela o converte interiormente, e ele não tardará a ser forçado a fazê-lo fisicamente, sob pressão. Ela tenta convertê-lo ao cristianismo, convencendo-o dessa interpretação, supostamente cristã, que consiste em interiorizar, em espiritualizar, em idealizar aquilo que, nos Judeus (diz-se muitas vezes, ou é, ao menos, um estereótipo muito poderoso) permanece físico, externo, literal, voltado ao respeito pela letra. (Como a diferença entre a circuncisão da carne e a circuncisão paulina do coração. Além disso, seria preciso, certamente, procurar uma tradução, no sentido amplo, direcionada a essa problemática da circuncisão, circuncisão literal da carne ou circuncisão ideal e interior do coração, circuncisão judia e circuncisão cristã, um debate em torno de Paulo: o que se passa no fundo entre o Judeu Shylock e a legislação do Estado cristão, nesse jogo de uma libra de carne diante da lei, o juramento, a fé furada, a questão da literalidade etc.?) Se o perdão habita dentro do coração do rei e não em seu trono, cetro ou coroa, nos atributos temporais, terrestres, visíveis e políticos de seu poder, um passo é dado em direção a Deus. Esse poder de agraciar, interiorizado no homem, no poder humano, no poder real como poder humano, Portia o denomina divino: seria *como* divino. Esse “como”, essa analogia ou essa semelhança suporta uma lógica, ou, mais precisamente, uma analógica da tradução teológico-política, da tradução do teológico em político: “*It is enthroned in the heart of kings, It is an attribute to God himself, An earthly power dothethen show liketh God’s When mercy seasons justice*”: ela impera no coração dos reis, ela é o atributo do próprio Deus, e o poder terrestre que se parece mais com Deus é aquele que “*seasons justice*”, que “tempera” a justiça pelo perdão; “quando o perdão tempera a justiça”, “*when mercy seasons justice*”.

“*Tempère*” é, portanto, a tradução de François-Victor Hugo para “*seasons*”. Não é um falso sentido, essa palavra quer dizer exatamente “condimentar”, misturar, mudar, modificar, temperar, preparar um ali-

mento ou um clima, um sentimento de gosto ou de qualidade; não esqueçamos que esse discurso começou pela tentativa de descrever “*the quality of mercy*”.

Mas essa tradução de F.-V. Hugo (“*tempère*”), que não é má, eu estou tentado substituí-la por outra. Não será uma verdadeira tradução, sobretudo não será uma tradução relevante. Ela não responderá pelo nome de “tradução”. Ela não *devolverá*, não saldará, não restituirá tudo, não pagará toda sua dívida, primeiramente a um suposto conceito, a uma identidade de sentido alegada pela palavra “tradução”. Ela não vai substituir aquilo que chamamos comumente uma tradução, uma tradução *relevante*. Mas além da tradução a mais relevante (aquela que se apresenta como o transporte do significado intacto num significante veicular indiferente), há a menos relevante possível, a que talvez vai me permitir tentar, pelo menos, *três gestos* simultâneos, vai me permitir atar, na mesma economia, três necessidades, todas elas ligadas à história de uma tradução. Tradução da qual tive, há uns trinta anos, a iniciativa um pouco temerária, e que, atualmente, está publicamente consagrada em francês – permanecendo, por sua vez, naturalmente, intraduzível em outra língua. Traduzirei, portanto, “*seasons*” por “*relève*”: “*when mercy seasons justice*”, quando o perdão releva a justiça (ou o direito).

- 1 *Primeira justificação*, caução imediata no jogo do idioma. *Relever* tem, aqui, primeiramente, o sentido conotado da cozinha, como “*condimentar*”. Trata-se de dar gosto, um outro gosto que se casa ao primeiro gosto perdido, permanecendo o mesmo, embora alterando-o, mudando-o, sem dúvida tirando alguma coisa do seu gosto nativo, originário, idiomático, mas, por isso mesmo, dando-lhe também *mais* gosto, cultivando seu gosto natural, dando-lhe *ainda mais o gosto de seu gosto*, do seu sabor próprio e natural; é isso que chamamos “*relever*”, na cozinha francesa. É bem o que diz Portia: o perdão releva a justiça, a qualidade do perdão releva o gosto da justiça. O perdão mantém o gosto da justiça ao afetá-lo, refinando-o, cultivando-o; parece o mesmo gosto, mas vem de um outro lugar, é de uma outra ordem e, ao mesmo tempo, ele o modifica, tempera e reforça, transforma-o sem transformá-lo, converte sem convertê-lo, mas sim melhorando-o ao elevá-lo. Eis uma primeira razão para traduzir “*seasons*” por “*relève*”, que guarda o

código gustativo e a referência culinária de "*to season*", "assaisonner", "*temperar*": *to season with spice*, é condimentar. A *seasoned dish* é um prato condimentado, "un plat relevé", diz o Robert.¹⁷ A justiça guarda seu gosto próprio, seu sentido próprio, mas esse mesmo gosto é melhor quando é "seasoned", relevado pelo perdão. Sem contar que o perdão (*mercy*) pode assim redimir, libertar, aliviar, indenizar, quer dizer, curar (é a cadeia *heal, heilen, holy, heilig*) o justo que, assim reconfortado, aliviado, consolado, redime-se em vista da sacrossanta salvação.

- 2 *Segunda justificação*: "*relever*" fala precisamente de elevação. O perdão eleva a justiça, ele puxa e a aspira para o alto, em direção a uma altura mais alta que a coroa, o cetro e o poder real, humano, terrestre etc. Sublimação, elevação, exaltação, ascensão em direção à altura celeste, o mais alto ou o altíssimo mais alto que a altura. Graças ao perdão, graças à graça, a justiça é ainda mais justa, ela se transcende, espiritualiza-se elevando-se e relevando-se, por ela mesma, acima de si mesma. A graça sublima a justiça.
- 3 Haveria enfim uma terceira justificação do verbo "*relever*". A palavra "*justification*", eu a utilizo com o intuito de conciliar aquilo que tornaria essa tradução relevante em relação ao motivo conjunto da justiça ("*Mercy seasons justice*") e da certeza, em relação ao que deve ser a palavra justa, a mais justa possível, mais justa que o justo. Essa última justificação viria então dar seu sentido e sua coerência filosófica a essa economia, a essa acumulação, a essa capitalização de boas razões. Em 1967, para traduzir do alemão uma palavra capital e com duplo sentido de Hegel (*Aufheben, Aufhebung*), que significa, ao mesmo tempo, suprimir e elevar, uma palavra que, segundo Hegel, representa um acaso especulativo da língua alemã, uma palavra com que todo mundo estava de acordo, até então, em considerar intraduzível – ou, se preferem, uma palavra que nin-

17 O excelente artigo do OED apresenta magníficas ocorrências para sentidos tão diversos como: "to render more palatable by the addition of some savoury ingredient", "to adapt: to accommodate to a particular taste", "to moderate, to alleviate, to temper, to embalm; to ripen, to fortify". Um uso mais raro e mais arcaico (século XVI): to impregnate, to copulate: "whom a male hath once seasoned the female, he never after touches her".

guém no mundo estava de acordo com ninguém para traduzir de maneira estável e satisfatória em nenhuma língua –, eu havia proposto o substantivo “*relève*” ou o verbo “*relever*”. Isso permitiria conservar, conjugando-os numa só palavra, o duplo motivo da elevação e da substituição que conserva o que é negado ou destruído, guardando aquilo que ela faz desaparecer, precisamente – um belo exemplo – aquilo que é denominado, no exército, na marinha, “*la relève de la garde*”, “render a guarda”. Aliás, esse último uso é possível no inglês “*to relieve*”.¹⁸ Minha operação foi uma tradução?¹⁹ Não estou seguro se ela merece esse nome. O fato é que se tornou insubstituível e, atualmente, mais ou menos consagrada, mesmo na universidade, mesmo, às vezes, em outras línguas, quando então a palavra francesa é utilizada como uma tradução citada, e mesmo lá onde não se sabe mais de onde veio, mesmo quando não se gosta do lugar de onde veio – quero dizer “eu” – mesmo quando não se gosta do seu sabor. Sem nos engajarmos nas profundezas da questão, devo ao menos lembrar que esse movimento de *Aufhebung*, esse processo relevante é sempre em Hegel um movimento dialético de interiorização, de memória interiorizante (*Erinnerung*) e de espiritualismo sublimado. Também é uma tradução. Ora, trata-se, na boca de Portia, precisamente de uma “*relève*” desse tipo (o perdão releva, eleva, repõe, e interioriza a justiça que ele tempera). Sobretudo, reencontraremos essa mesma necessidade da *Aufhebung*, da relevância, no próprio coração da interpretação hegeliana do perdão, notadamente em *La Phénoménologie de l'Esprit*: o movimento em direção à filosofia e ao saber absoluto como verdade da religião cristã passa pela experiência do

18 Fiz uma alusão à marinha. Bem, Conrad escreveu, por exemplo, em *The Secret Shared*: “I would get the second mate to relieve me at that hour” (p.139) e depois: “I... returned on deck for my relief” (p.149).

19 A primeira vez que a palavra “*relève*” se impôs a mim para traduzir (sem traduzir) a palavra *Aufhebung*, tratava-se, curiosamente, de uma análise do signo (Cf. *Le Puits et la pyramide, Introduction à la semiologie de Hegel*, conferência pronunciada no Collège de France, no Seminário de Jean Hyppolite, em janeiro de 1968, retomada em *Marges de la philosophie*, Minuit, 1972, p.102 [Cf. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim T. Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991, p.126. (N. T.)]. A maioria das palavras ditas “indecidíveis”, que me interessaram desde então, são também – e não há nada de fortuito nisso – intraduzíveis em uma única palavra (*pharmakon, supplément, différence, hymen* etc.) e sua lista não é, por definição, fechada (não está em clausura).

perdão.²⁰ O perdão é uma relevância, ele é, na sua essência, *Aufhebung*. É também tradução. No horizonte da expiação, da redenção, da reconciliação e da salvação.

Quando Portia diz que a graça, acima do cetro, lá onde ela ocupa seu trono interior no coração do rei, é um atributo do próprio Deus e que, dessa forma, como poder terrestre, *assemelha-se* a um poder divino no momento em que releva a justiça (entenda-se o direito), o que conta aqui é a semelhança, a analogia, a figuração, a analogia máxima, uma espécie de tradução humana da divindade: o perdão é aquilo que, no poder humano, mais se assemelha, aquilo que é, que se revela como um poder divino (“*then show likest God’s...*”)

*But mercy is above this sceptred sway,
It is enthroned in the heart of kings,
It is an attribute to God himself,
And earthly power doth then show likest God’s
When mercy seasons justice...”*

O que não quer dizer, necessariamente, que o perdão vem somente de uma pessoa, lá do alto, que denominamos Deus, de um Pai misericordioso que deixa descer sobre nós seu perdão. Não, isso pode também querer dizer que, desde que haja perdão, no caso de haver perdão, acedemos, na experiência dita humana, a uma zona de divindade: a graça é a gênese do divino, do santo ou do sagrado etc., mas também o lugar da tradução pura (uma interpretação arriscada. Ela poderia, diga-se de passagem, apagar a necessidade da pessoa particular, da pessoa que perdoad ou é perdoada, do “quem” irredutível à qualidade essencial de uma divindade etc.).

Essa analogia é o próprio lugar do teológico-político, o traço de união ou de tradução entre o teológico e o político; é também o que assegura a soberania política, a encarnação cristã do corpo de Deus (ou do Cristo) no corpo do rei, os dois corpos do rei. Essa articulação analógica – e cristã – entre os dois poderes (divino e real, celeste e terrestre), enquanto passa por soberania do perdão e do direito de graça, é também a grandeza sublime que autoriza ou da qual se autorizam todas as

20 *Phénoménologie de l’Esprit*, no fim de *Die offenbare Religion*, precisamente antes de *Das Absolute Wissen*, portanto, na transição entre religião absoluta e saber absoluto – como verdade da religião [Cf. *Fenomenologia do Espirito*. Trad. P. Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992. (N. T.)].

astúcias e todas as vilanias que permitirão ao advogado Portia, portavoz de todos os adversários cristãos de Shylock, do mercador Antônio ao Doge, impor sua razão sobre a dele, fazê-lo perder tudo, sua libra de carne, seu dinheiro e mesmo sua religião. Ao dizer todo o mal que se pode pensar do artifício cristão como discurso do perdão, não estou fazendo o elogio de Shylock ao reclamar, a qualquer preço, sua libra de carne, ao reclamar que se faça justiça à literalidade do “bond”. Analiso somente o dado histórico e alegórico dessa situação e todos os recursos discursivos, lógicos, teológicos, políticos, econômicos desse conceito de perdão, da herança, que é a nossa, dessa semântica do perdão – lá onde ela é indissociável de uma certa interpretação europeia da tradução.

Tendo assim proposto três justificações à minha tradução, tanto de “seasons” quanto de “Aufhebung” por “relève” (verbo e substantivo), acumulei razões demais para dissimular que minha escolha velava pela melhor tradução possível, a mais econômica, já que permitia traduzir tantas palavras, até mesmo tantas línguas, denotações e conotações, em uma única palavra. Não estou seguro de que tal transação, mesmo sendo a mais econômica possível, seja digna do nome de tradução, no sentido estrito e puro dessa palavra, se é que isso existe. Seria mais uma dessas outras coisas em **tr.**, uma transação, uma transformação, um trabalho, “une travail”, um “travel” – e um achado (porque essa invenção, se parecia também relevar um desafio, como se diz, consistiu somente em descobrir o que esperava, ou o que estava adormecido na língua). O que é encontrado faz, em primeiro lugar, trabalhar as línguas, sem adequação nem transparência, simulando, nesse caso, uma nova escritura ou re-escritura performativa ou poética, tanto no francês, ao qual sobrevém um novo uso da palavra, quanto no alemão e no inglês. Talvez essa operação participe ainda desse trabalho do negativo em que Hegel via uma “relève” (*Aufhebung*). Se eu presumisse, então, que a *quasi*-tradução, a transação da palavra “relève” é “relevante” (palavra inglesa em via de afrancesamento), isso talvez qualificasse a eficácia desse trabalho e seu direito presumido a ser legitimado, acreditado, qualificado para um curso oficial. Mas seu interesse principal, se posso avaliá-lo em termos de usura e de mercado, estaria em dizer alguma coisa da economia de toda tradução interlingual, dessa vez no sentido estrito e puro dessa palavra. Sem dúvida, relevando um desafio, acrescentemos dessa forma uma palavra da língua francesa, uma palavra numa palavra – e o uso que acabei de fazer da palavra “relever”, “*en relevant un défi*”, torna-se também um desafio, um desafio a mais a toda tradução que gostaria de acolher em uma outra língua todas as

conotações que vêm se acumular nessa palavra. Esta permanece, em si mesma, inumerável, inominável, talvez: mais de uma palavra numa palavra, mais de uma língua em uma só língua, além de qualquer compatibilidade possível dos homônimos. O que essa tradução demonstraria pela palavra “*relevante*”, seria também, exemplarmente, que toda tradução deveria ser, por vocação, relevante. Ela asseguraria, dessa forma, a *sobrevida* do corpo do original (*sobrevida* no sentido duplo que lhe dá Benjamim em *A tarefa do tradutor*, *fortleben* e *überleben*: vida prolongada, vida continuada, *living on*, mas também vida além da morte).

Não é isso que faz uma tradução? Não assegura ela essas duas sobrevidas, perdendo a carne durante uma operação de troca? Elevando o significante em direção a seu sentido ou seu valor, mas conservando a memória enlutada e endividada do corpo singular, do corpo primeiro, do corpo único que ela assim eleva e salva e releva? Como se trata de um trabalho, isto é, como dissemos, de um trabalho do negativo, essa relevância é um trabalho de luto, no sentido mais enigmático dessa palavra, que merecia uma reelaboração, que tentei fazer em outro lugar, mas à qual renuncio no momento. A medida da “*relève*” ou da “*relevance*”, o preço de uma tradução, é sempre o que denominamos o sentido, quer dizer, o valor, a guarda, a verdade como guarda (*Wahrheit, bewahren*), ou o valor do sentido, isto é, aquilo que, libertando-se do corpo, eleva-se acima dele, interioriza-o, espiritualiza-o, guarda-o na memória. Memória fiel e enlutada. Nem é preciso dizer que a tradução guarda o valor do sentido ou deve relevar seu corpo: o próprio conceito, o valor do sentido, o sentido do sentido, o valor do valor guardado nasce da experiência enlutada da tradução, da sua própria possibilidade. Ao opor-se a essa transcrição, a essa transação que é uma tradução, a essa “*relève*”, Shylock se entregou, de pés e mãos atados, ao golpe da estratégia cristã. (Custo de uma aposta entre judaísmo e cristianismo, golpe contra golpe: eles se traduzem sem se traduzirem um no outro.)

Insisto na dimensão cristã. Além de todos os traços que o cristianismo deixou na história da tradução e além do conceito normativo da tradução – além do fato de que a “*relève*”, o *Aufhebung* de Hegel (o qual é sempre necessário lembrar como um pensador muito luterano, como foi, sem dúvida, Heidegger) é explicitamente uma “*relève*” da paixão e da Sexta-feira Santa especulativa no saber absoluto –, o trabalho de luto descreve também, através da paixão, através da memória assombrada pelo corpo perdido, mas conservado no interior de seu túmulo, a ressurreição do espectro ou do corpo glorioso que se eleva, releva-se – e caminha.

Sem querer inspirar compaixão ao fantasma de Hegel, renuncio ao terceiro tempo²¹ do discurso de Portia que havia anunciado (seria a respeito da tradução como prece e bênção).

Obrigado pelo tempo que me foi dado, perdão, *mercy*, perdão pelo tempo que tomei de vocês.

Jacques Derrida

21 Tratava-se, sem mais falar do Doge ou do Estado, de observar e colocar na balança, de um lado, a justiça (e por justiça, é preciso entender aqui o direito, a justiça calculável e "enforced", aplicada, aplicável, e não a justiça que distingo, em outro texto, do direito; aqui, justiça quer dizer: o jurídico, o judiciário, o direito positivo, isto é, penal). Para observar e colocar na balança a justiça, de um lado, e a salvação, do outro, seria como se fosse necessário escolher entre um e outro, e como se fosse preciso renunciar a um direito para alcançar a salvação; seria dar, ao mesmo tempo, à palavra e ao valor da *prece* uma dignidade essencial; a prece seria aquilo que permite exceder o direito voltando-se para a salvação ou à esperança de salvação; ela seria da ordem do perdão, como a bênção tratada no início (o perdão é uma *dupla bênção*: para quem o oferece e para quem o recebe, para quem dá e quem toma). Ora, se a prece é da ordem do perdão (pedido ou concedido) não há lugar para ela no direito. Nem na filosofia (na onto-teologia, diz Heidegger). Mas antes de sugerir que um cálculo e uma economia ainda se escondem nessa lógica, lerei primeiramente os últimos versos da fala de Portia; ela acaba de dizer "...when mercy seasons justice, quand le pardon relève le droit" e ela (ou ele) prossegue:

*"Thereford, Jew,
Though justice be the plea, consider this,
That in the course of justice none of us
Should see salvation: we do pray for mercy,
And that same prayer doth teach us all to render
The deeds of mercy. I have thus spoke thus much
To mitigate the justice of the plea,
Which if follow, this strict court of Venice
Must needs give sentence 'gainst the merchant there"*

Paráfrase: "Dessa forma, Judeu, apesar de a justiça (o direito certo) ser seu argumento (*plea*: tua alegação, o que pleteias, aquilo em nome do que pleteias, tua causa mas também tua desculpa) considera isto: que com o simples curso do direito (o simples procedimento jurídico) nenhum de nós veria a salvação: na verdade, nós rezamos pelo perdão (a misericórdia) (*we do pray for mercy*) e é a prece, esta prece, esta mesma prece (*the same prayer*) que nos ensina a todos a fazer ato de misericórdia (a perdoar). Tudo o que acabei de dizer é para mitigar a justiça da tua causa; se persistes, se continuas a seguir essa causa, o estrito tribunal de Veneza deverá, necessariamente, pronunciar a sentença contra o mercador aqui apresentado".

DERRIDA, J. What is a "relevant" translation? Trad. Olivia Niemeyer Santos. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.13-44, 2000.

- **ABSTRACT:** *The word "relevant" moves across many languages and depicts, in its multiplicity, the impurity of the limit and the distressing insufficiency of translation. The Merchant of Venice is the background to analyze the necessity and the impossibility of translation, the adamant and priceless debt, that is, the untenable contract which constitutes both Shakespeare's play and the translator's commitment. Portia translated into a lawyer asks Shylock to forgive the debt just because it is acknowledged, a tale which oscillates between oath and perjury, mercy and guilt, sign and flesh, among religions – thus, among conversions. The affinity between drama and translation leads to question whether a relevant discourse on translation would be a discourse on mercy, on the benefits of grace which blesses both the one who gives and the one who receives it. Mercy seasons justice [le pardon relève le droit], says Portia. All translation, with a vocation for/vocationately 'relevant', it simultaneously reinforces, elevates and redeems the original through an operation which transforms the mourning for the origin, while still in mourning, a possible/impossible task imposed to the translator.*
- **KEYWORDS:** *Relevant; translation; debt; Shylock; mercy.*